

A LINGUAGEM, A LÍNGUA, OS *MEDIA* E A LUSOFONIA

Por SALVATO TRIGO*

Há cem anos, havia ainda no mundo cerca de 10 mil línguas. Hoje, esse número andarás pelas 6 mil e oitocentas, metade das quais com menos de 2 mil e quinhentos falantes. Escritas, existirão pouco mais de três centenas de línguas. Esta glotofagia é devida a vários factores que têm condicionado o desenvolvimento das comunidades humanas e a sua transformação em sociedades cada vez mais globalizadas.

A “aldeia global”, em que o mundo se converteu, por força dos *media* teorizados por MacLuhan, reduziu drasticamente a glossália de Babel, impondo o inglês como a *língua franca* ou o esperanto do nosso tempo. O domínio do inglês é, por isso mesmo, uma condição básica para o exercício da cidadania mundial. Mas essa cidadania mundial não prescinde nem da cidadania nacional nem da cidadania cultural a que a língua materna nos dá acesso. Estas duas variantes da cidadania sustentam, entre nós, a *lusofonia* que urge desenvolver sem preconceitos, num espírito de verdadeira comunidade que a comunicação social, superiormente entendida e praticada, pode e deve ajudar a consolidar. A língua portuguesa, pluricontinental como é, tem potencialidades importantes para ser parceiro estratégico de uma globalização que todos desejamos respeitadora das diferenças e dos direitos sociais e culturais dos povos. Só assim será possível contrariar a desumanização do mundo que o desrespeito por essas diferenças tem vindo a agravar.

A diferença específica entre o homem e o animal, que a lógica definitória sempre situou no adjectivo “racional”, reside, sem dúvida, no adjectivo “falante”.

* Reitor da Universidade Fernando Pessoa.

Efectivamente, foi quando os homens descobriram esse extraordinário processo abstracto de se relacionarem que eles passaram a ser animais superiores.

A linguagem é, portanto, o primeiro cimento duma comunidade humana. Aliás, se compararmos a morfologia da palavra comunidade com a da palavra comunicar, concluiremos que, entre elas, existe um óbvio parentesco semântico e uma evidente relação sintáctica. Parece, portanto, que a comunidade terá nascido no preciso momento em que o “comunicar” aconteceu. Especularia mesmo, à maneira de Platão no seu Crátilo, que, quando o povo retirou do verbo latino “communicare” o seu verbo “comungar”, ele compreendeu a verdadeira profundidade do conceito, entendendo-o quase numa dimensão litúrgica, no sentido etimológico do adjectivo. O povo compreendeu que toda a comunicação tem de ser “comunhão”, na plena extensão e compreensão dessa palavra tão respeitável e tão profunda.

A linguagem que transformou o homem de ser individual em ser em relação, comunal portanto, conferiu-lhe também, e por isso mesmo, o poder primitivo e animalescamente baseado apenas na força (na *virtus* pré-cristã), e depois apanágio exclusivo dos deuses por séculos a fio.

Reconhecendo certamente que em Deus reside o poder, porque Ele detinha o Verbo, que foi verdadeiramente o instrumento da criação, o homem depressa verticalizou o conceito de “poder”, ao considerar-se dele investido em nome dos deuses. Verticalizou-o e absolutizou-o, descentrando-se da comunidade com quem não estava mais em comunhão, com quem não comunicava, apesar de tentar convencê-la de que falava como mensageiro divino.

Este conceito do poder vindo de cima, por isso vertical, evoluiria, em determinado momento, para o seu contrário, isto é, para a concepção de que o poder vinha da terra e sua posse: horizontalizava-se, portanto. Essa horizontalização era-o apenas formal, porque, substancialmente, a comunhão, a comunicação, continuava a não existir.

Tinha-se conseguido, deste modo, subverter o poder como emanção de linguagem, e do poder da linguagem passou-se célere para a linguagem do poder. Não se trata de simples jogo de palavras, antes, da configuração verbal possível

para a actual situação das sociedades humanas, hoje tão distantes do seu espírito comunitário primevo forjado na comunhão linguística. A ruptura, no que à civilização ocidental diz respeito, terá começado com os sofistas, também eles adeptos fervorosos da “aldeia global”, numa primeira fase, mas depressa convencidos com Protágoras de que o “homem é a medida de todas as coisas”.

Embora não ignorando que interpretação do protagoriano *homo mensurans* é polémica, porque polissémica, deixem-me, contudo, entender que a asserção do filósofo poderá ter resultado da sua compreensão de que, dominando a palavra pela mestria da linguagem, o homem dominava o mundo. Não vamos, porém, entrar nesse campo lodoso da retórica do poder, que nos levaria, decerto, muito longe. Fiquemo-nos somente por uma perspectiva rápida sobre o desenvolvimento dos processos de comunicação e da importância crescente desta, na vida moderna.

Foi muito lenta a evolução registada no encontro dos *media* que possibilitassem uma informação rápida e precisa e que criassem condições apropriadas para o “comércio de ideias” que toda a comunicação origina. Na verdade, a morosidade do processo que vai do estafeta transmissor de certas mensagens verbais ao uso do tantã e dos sinais de fumo compreender-se-á tanto melhor quanto se observe, mesmo que só empiricamente, os avanços vertiginosos que a descoberta da escrita proporcionou. Com ela vieram “Guttenberg e a imprensa, Marconi e o telégrafo, Bell e o telefone”. Esses avanços são a causa remota para que os mass media actuais nos transformem a todos em “cidadãos do mundo”, obrigando-nos a tomar parte no jogo dramático dos acontecimentos próximos ou longínquos, como observa Roger Chausse. A comunicação social cria-nos, sem o querermos, “responsabilidades na gestão quotidiana do património comum”. A nossa existência torna-se numa viagem com mais nuvens no horizonte, jamais se sabendo se qualquer factor extrínseco não vem interrompê-la numa forma trágica. Conhecemos, sem o desejarmos, todas as misérias morais do mundo, perturbando-se-nos o sossego interior e, quantas vezes, o nosso comodismo social.

A escrita, essa invenção fundamental do homem, foi, por isso, um elemento de transformação radical na História da Humanidade, como o fôra, depois, a descoberta do rádio e da electrónica. A informação ganhou com eles uma dinâmica difícil de imaginar, mas a comunicação, no sentido de comunhão entre os homens, foi prejudicada.

Reportando-se aos malefícios da escrita, dizia Sócrates no *Fedro*: “Tal coisa (a escrita) tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meio de sinais, e não em si mesmo. Parecerão omniscientes e geralmente nada saberão; serão desagradáveis companhias, tendo a exibição da sabedoria sem a realidade.”

Por muito que nos custe a reconhecê-lo, a verdade é que Sócrates profetizou bem alguns efeitos nocivos que à humanidade trouxe a civilização da escrita. Tão nocivos, em certos aspectos, e Sócrates di-lo-ia seguramente hoje, como os da descoberta do rádio e da electrónica que introduziram o factor distância na comunicação, que o mesmo é dizer desumanizaram-na.

Entretanto, com a automatização crescente do trabalho, que a moderna tecnologia permite, caminhamos velozmente para a “civilização do ócio”, que não será mais como a primeira, que entre os gregos originou a Filosofia, porque a comunicação terá sido irremediavelmente derrotada pela informação. Essa futura “civilização do ócio” que, em parte, já começou, ajudada em muito pela pressão que os *mass media* hoje exercem sobre nós, apenas gerará a catatonia, essa forma requintada de esquizofrenia que fará da existência dos homens um insuportável silêncio.

A análise do homem político é certamente outra, porque nunca como hoje os *mass media*, desde que controlados, facilitaram tanto o exercício do poder e a permanência de situações aberrantes. É que, enquanto “na sociedade tradicional havia o predomínio da comunicação directa, interpessoal, em que todas as opiniões podiam manifestar-se e em que se utilizavam os mesmos veículos para o diálogo e para a réplica”, expondo-se o chefe a uma confronto com os governados, na sociedade dos *media* “há o predomínio da comunicação indirecta,

colectiva, em que a possibilidade de respostas é mínima pelo mesmo canal e não obtém o impacto quando efectivada por outros veículos e noutra oportunidade.”

Não é de agora, porém, esta análise política da informação e da importância dos *media*. Com efeito, andou-se um longo caminho para que Pierre Mendès-France pudesse escrever: “O que caracteriza a nossa época é que, pela 1ª vez, o mundo inteiro vive uma única e mesma história diplomática. Nós sentimos, todas as manhãs, que as notícias que chegam da China, da América, da África ou do Médio-Oriente dizem-nos directamente respeito.”

Esse caminho terá começado com as *Acta Diurna* do Cônsul Júlio César, copiadas em tabuinhas enceradas por escravos gregos e libertos judeus, que eram enviadas da *Civitas* para as províncias romanas mais distantes.

Não sendo propriamente um jornal, no sentido que hoje concedemos a este termo, as *Acta* desempenharam, todavia, algumas das suas funções. *Mutatis mutandis*, poderíamos dizer o mesmo relativamente ao que, entre nós, aconteceu com as 4 cartas escritas da Itália a D. Afonso V por Lobo de Almeida, contando-lhe os pormenores das cerimónias do casamento da irmã do Rei, a Infanta D. Leonor, com o imperador Frederico I, as quais são consideradas por Rodrigues Lapa como “um documento jornalístico do séc. XV.” Ou com a *Carta do Achamento do Brasil*, de Pero Vaz de Caminha. Ou com a *Miscelânea* (1554) de Garcia de Resende com características jornalísticas, ou, ainda, com a vastíssima *Literatura da Expansão*, onde Fernão Mendes Pinto faz jus ao epíteto de “extraordinário repórter”.

Como quer que seja, o jornal, como *medium* primeiro dos tempos modernos, teve vários antepassados, até que, nos fins do séc. XVI ou inícios do séc. XVII, surgiu o 1º exemplar impresso desse meio de informação que tão relevantes serviços tem prestado, desde então, à cultura e à civilização do homem.

O nosso primeiro jornal surgiu em 1641. Foi em Novembro desse ano que apareceu a *Gazeta*, que vinha ao encontro da ânsia de notícias militares da frente da Guerra da Restauração, ao mesmo tempo em que promoveria a coesão de vontades em torno do novo governo. Os principais redactores da *Gazeta* foram

o Pe. Manuel Galhegos, escritor bilingue que nos deixou poemas como *Gigantomaquia*, *Anaxárete* e *Templo da Memória*, além da comédia *El Infierno de Amar*, onde antecedeu de séculos Eça de Queirós com o tema do incesto; João Franco Barreto e Fr. Francisco Brandão, continuador da *Monarquia Lusitana*, eram os outros dois redactores. Três nomes famosos da nossa História Cultural e Literária a demonstrar que o jornalismo é uma actividade intelectual que não desmerece, antes realça, o trabalho de magistério, como, por vezes, insensatamente, algumas mentes anacrónicas querem fazer crer.

Não pretendo fazer a história do jornal no nosso país, mas importará ainda recordar que o nosso 1º jornal literário, a *Gazeta Literária* (1761-62), nasceu no Porto e foi dirigido pelo cónego Francisco Bernardo de Lima, tendo a sua tradição sido continuada pelo *Jornal Enciclopédico*, de Lisboa. Recordemos ainda que muitos dos nossos maiores escritores, do passado e do presente, honraram, e honram-se, dando a sua colaboração ao jornalismo português. Se não falo dos do presente, por receio de cometer alguma omissão involuntária, lembrarei alguns do passado, como Correia Garção, Garrett, Herculano, Camilo, Castilho, Rebelo da Silva, Bulhão Pato, Latino Coelho, Júlio Dinis, Guilherme de Azevedo, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Oliveira Martins, Manuel Pinheiro Chagas, Guerra Junqueiro, para citar apenas os mais conhecidos.

De facto, a irmanação do jornalismo com a literatura tem tradição entre nós e no espaço mais vasto da língua portuguesa, em geral. O poeta angolano, António Jacinto, analisou-a, entretanto, de modo assaz polémico. Quando lhe perguntaram se o jornalismo e a literatura são expressões antagónicas ou podem completar-se, o poeta respondeu: “-Direi melhor: podem anular-se. A Linguagem, o modo e o ritmo do jornalismo são diferentes. Devem ser raros os casos do bom jornalista e do bom literato no mesmo homem. Há sempre um sector que fica prejudicado quando não são os dois. Entendo, porém, que o jornalismo é uma boa escola para o escritor.”

A opinião de António Jacinto pode servir-nos de ponto de partida para alinharmos uns quantos considerandos relativos, especialmente, à linguagem diferente que sustenta o texto jornalístico e o texto literário.

Para nós, o mais importante nesta questão não será acentuar a incompatibilidade, mas sublinhar a diferença, sem que isso possa significar qualquer apriorístico juízo valorativo. Avancemos, no entanto, que a diferença, que procuraremos realçar, não é propriamente do mesmo tipo daquela que A. Garrett anotou no prospecto de *O Português*: “Ora não é menos difícil a arte de escrever um jornal: os escritos periódicos, certo que por efêmeros e mui variados na matéria, têm mais liberdade, e nem exigem nem comportam tanta precisão e elegância como pode ter um tratado seguido, uma obra qualquer de outro género e forma. Porém têm outras dificuldades, que não são menores, nem somenos.”

Garrett errou, porque o problema não deve situar-se ao nível da maior ou menor dificuldade de fazer jornalismo ou literatura. Perguntar se é mais difícil fazer uma notícia ou um poema é subverter a questão, porque o que está em causa não é a dificuldade, mas a especificidade do acto de fala de cada uma dessas situações de enunciação. O ensaísta brasileiro Jorge de Sá considera, a este propósito, que “o jornalismo deve simplesmente registar uma notícia. Cabe a ele explorar o poder das palavras para que o leitor possa vivenciar, com emoção semelhante à do repórter, aquilo que está sendo narrado.” Ele próprio, aliás, exemplifica a fronteira entre o jornalismo e a literatura que, aparentemente, pretende negar. O exemplo é eloquente: “João José Gualberto, vulgo “Sorriso”, foi preso na madrugada de ontem, no Beco da Felicidade, por ter assaltado a Casa Garson, de onde roubara um lote de discos.” O literato teria dito: “O “Sorriso” roubou a música e acabou preso no Beco da Felicidade.”

Falemos um pouco mais do contraste entre a linguagem jornalística e a literária.

O jornalismo, pelo menos na acepção corrente em nossos dias, onde os critérios de ordem económica aparecem sempre a condicionar as nossas atitudes culturais ou outras, o jornalismo, dizíamos, tem de fazer-se numa linguagem predominantemente substantiva que garanta o máximo de distância entre quem escreve, quem informa, e o que escreve, o que informa. Torna-se, assim, necessário que os modalizadores, sobretudo os adjetivais e os adverbiais, não sejam norma no discurso do que, redundantemente, vamos chamando jornalismo

informativo, porque, doutro modo, a informação, acto puramente físico, subjectiva-e e confunde-se com a comunicação, no sentido em que esta, por ter uma intenção, procura desenvolver a função apelativa da linguagem. Aqui emerge já, portanto, uma diferença entre o literário e o jornalístico: à constante referencialidade deste opõe aquele um discurso mais empenhado em agir sobre o destinatário, fazendo-o aderir por simpatia lexical ou imagética ao mundo verbal que é a literatura. Mas bastará a insistência em modalizadores apelativos para se franquear a fronteira entre o jornalismo e a literatura? É óbvio que não. O jornalismo dito opinativo, cada vez mais presente nos nossos hebdomadários, e não só, contém também essa marca discursiva, dado que se procura, mais do que informar, formar a chamada opinião política, na acepção mais vasta deste conceito, mas nem por isso poderemos afirmar categoricamente que esta espécie de jornalismo é passível da adjectivação literária, porque a efemeridade e a transitoriedade do mundo referencial em que ele se fundamenta não lhe consentem aceder ao estatuto do literário que há-de ser intemporal.

Se falarmos da actualidade, parece-me que o jornalismo feito entre nós tenta ao máximo evitar confundir-se com a literatura. Mas, se recuarmos ao início do século XIX, então, essa distinção de fronteiras não era tão nítida, porque, “enquanto o jornalismo, numa fase de adolescência, recebe exemplos e amparo da literatura, nesta última descobrem-se sinais do espírito jornalístico, pelo menos em géneros híbridos – a crónica, o folhetim, com o seu fragmentismo e a leveza saltitante do seu estilo”, como muito bem assinalava o professor Jacinto do Prado Coelho.

A crónica e o folhetim, e mais tarde a grande reportagem, aparecem-nos, assim, como espécies discursivas mistas, pertencendo, a um tempo, ao jornalismo, pela sua quotidianidade, e à literatura, pelo imaginário que as acompanha. O jornalismo português e o de língua portuguesa têm exemplos sobejos desses, digamos, jornalistas-escritores. Praticamente, todos os grandes escritores oitocentistas estiveram ligados ao jornalismo, sentindo-se no seu estilo vestígios desse quotidianismo informativo, de observação ligeira dos ambientes, da linguagem da transparência entregando-se à descodificação suave e imediata,

como é o caso, entre outros, de Garrett nas Viagens. Mais próximo de nós, poderíamos lembrar um escritor para quem o jornalismo foi, de facto, uma autêntica escola literária, bem visível, aliás, no seu estilo descritivo: referimo-nos a Raul Brandão. De alguma forma, também José Saramago é tributário da escola jornalística.

Diríamos, contudo, que é nas áreas africanas de língua portuguesa e brasileira que o jornalismo e a literatura mais se aproximam, sobretudo pela via da crónica e da grande reportagem, esta normalmente relacionada com viagens exploratórias do sertão ou com caçadas. Essa aproximação, aliás, torna-se particularmente importante nos países africanos continentais de língua portuguesa, onde a literatura escrita em língua outrora de colonização nasceu efectivamente do jornalismo. Para não falarmos em nomes do século XIX como Cordeiro da Matta, Fontes Pereira, Arantes Braga, Urbano de Castro, Silvério Ferreira, Paixão Franco, Alfredo Tróni e muitos mais, para Angola, ou de João e José Albanisi, Joaquim Swart, Vicente Xavier Lobo, Guilherme Bruheim, para Moçambique, citemos apenas dois nomes do nosso tempo, um brasileiro e um angolano, muito próximos um do outro quanto ao estilo da crónica que praticavam, ao ponto de o angolano ter sido, por vezes, acusado de plagiador do brasileiro: trata-se de Ruben Braga e de Ernesto Lara Filho, dois jornalistas-escritores, que conseguem subsumir nos seus textos, a dupla dimensão literária e jornalística da sua linguagem estético-informativa.

Regressemos, entretanto, à reformulação que o jornalismo da imprensa teve de operar por força da acção sobre ele exercida pela rádio e pela televisão. Embora não possa competir com esses dois media, no sector da grande informação, o jornal tem sempre o seu espaço na informação regional e local, além de poder ser um índice semiótico, como pode verificar-se por esta simples história contada pelo jornalista francês, André Chambeaud, a propósito de um velho camponês que vivia isolado e sozinho numa quinta do oeste da França.

Dizia o velho camponês ao jornalista: “sabe por que é que eu assino o *Ouest – France*? Pois bem, não é para o ler... Primeiro, porque não sei ler muito bem; depois, exceptuando as notícias locais, eu prefiro a televisão. Mas é para

obrigar o carteiro a passar em frente de minha casa. Ele mete todos os dias o jornal na caixa do correio. E, se, um dia, ele encontrasse lá o número da véspera, isso significaria que alguma coisa me teria acontecido. Então, ele viria bater à minha porta, para ver o que se passava.”

Ainda aqui, mesmo sem ser lido, e justamente por não ter sido lido, o que é, no fundo, o seu destino, o jornal estabeleceu comunicação e informa, dum modo perfeitamente semiótico, sobre uma situação humana. Caberia quase perguntar quantas pessoas, vivendo sozinhas e isoladas, não terão sofrido por não assinarem um jornal?... Mas, deixemo-nos de especulações sociológicas, para regressarmos ao jornal como factor de divulgação e de defesa da língua.

Tenho para mim que a crise da língua, que atravessamos, só é efectivamente combatida com algum sucesso, quando os órgãos de comunicação social forem servidos por pessoas cientificamente preparadas no domínio da gramática da comunicação. Por pessoas que tenham da língua, que é a sua ferramenta de trabalho, mais do que a pura empatia e o simples conhecimento empírico. Ao trabalhador da comunicação social, que é, acima de tudo e hoje mais do que nunca, um trabalhador da palavra, exige-se-lhe uma consciência linguística apurada, uma vez que ele, queira-o ou não, por força do impacte do seu trabalho, vai se transformando, paulatinamente, no paradigma daqueles para quem a cultura é a que Moles designava por “cultura mosaico”. Em seu apoio citarei Jean-Louis Servan Schreiber, que analisa bem a necessidade apontada: “o jornalista tradicional tinha de aliar ao sentido da observação o da pesquisa. Hoje, o trabalho do homem da comunicação parte das palavras que lhe são fornecidas. Para produzir outras palavras, ele precisa de saber mais ainda do que outrora manejar a linguagem com facilidade e com precisão.”

Se o jornalista é, como dizia Fidelino Figueiredo, “um professor da actualidade, que ensinava a vê-la, a julgá-la e a extrair dela um comportamento”, tal magistério não se compadece, nos tempos que correm, com o autodidactismo, aliás também ele infelizmente em crise. Desde o fim da II Guerra Mundial, a “vedetização” dos jornalistas e as exigências da especialização na informação obrigaram ao aparecimento duma classe de homens da comunicação social

preparados cultural e intelectualmente para enfrentarem os desafios desta civilização dos *mass media*.

Para desempenharem o papel que hoje têm de agentes da “escola nova” coexistente com a escola tradicional e formal a quem devem ajudar a renovar-se e a transformar-se, de facto, na escola cultural, os *mass media* terão de fazer um esforço de rigor e de intransigência nas linguagens que manipulam e na língua que as sustenta. Se as duas escolas se apoiarem, conseguiremos debelar a crise linguística que nos afecta, em parte devido a esta nova civilização da oralidade electrónica que privilegia, acima de tudo, o funcional a qualquer custo. A aliança entre a escola formal e esta nova escola *mass mediática* é também essencial para não permitir a incrustação no corpo da nossa fala de modos de dizer alienígenos e, portanto, estranhos à nossa cultura.